

Por Antonio Penteado Mendonça



Não é segredo, o Brasil tem terremotos. Nada a estranhar, afinal, um terremoto é a acomodação do solo em função de uma série de fatores que podem interferir na sua estabilidade. O solo brasileiro é, em boa parte do território nacional, duro feito rocha, mas há outras em que sua composição não é tão dura ou resistente, ficando sujeitas a movimentos decorrentes dos ajustes em função destas tipicidades.

É fato que até hoje nunca tivemos, pelo menos nos últimos 500 anos, terremotos de maior magnitude. Os abalos que chacoalham nossas terras são, no máximo, moderados e as áreas mais afetadas estão no interior de Minas Gerais e no Nordeste. Apesar do susto, os danos costumam ser de pequena ou, no máximo, média monta, rachando paredes e causando estragos do gênero.

Só que, ao que parece, este quadro está mudando. Não tem muita gente prestando atenção, mas há algumas semanas a notícia saiu, dando conta de um terremoto de 4,5 graus na escala Richter, que atingiu o Paraná.

Diante dos números impressionantes dos terremotos que atingiram o México, tanto em termos de magnitude, como em termos de danos, o terremoto paranaense é um filhote. Mas é sempre bom lembrar que filhote de cobra já nasce com veneno suficiente para matar um ser humano com uma única picada.

Terremoto de 4,5 graus está longe de ser um terremoto de 8 graus, como o que se abateu sobre a cidade do México, ou comparável aos tremores de terra que abalam sistematicamente o Chile, o Japão, a China, os Estados Unidos e vários outros países.

Mas, ainda que tendo a metade da potência dos grandes terremotos que abalam o planeta, o terremoto do Paraná já teve foça suficiente para causar danos consideráveis, ainda mais num país que não tem o hábito de lidar com estes fenômenos e que, portanto, não constrói com as mesmas medidas de segurança exigidas pelas nações onde os terremotos são constantes.

Numa região ocupada por imóveis do nível médio brasileiro, um terremoto de 4,5 graus pode causar danos significativos, ainda mais se a área for densamente povoada. Se o terremoto no Paraná aconteceu em área com pouca ocupação humana, isto não significa que o próximo vá repetir a lição.

Pode acontecer dele atingir uma grande cidade ou ter o epicentro próximo a uma barragem. Será que nossas construções oferecem a resistência necessária para evitar um acidente de maior monta? Será que nossas autoridades têm um plano de socorro preparado para fazer frente um cenário como este? Duvido.

Até poucos anos atrás, era impossível o Brasil ter furacões. As condições físicas, geográficas e climáticas impediam que fenômenos desta natureza se formassem no Atlântico Sul. Não faz tanto tempo, o litoral de Santa Catarina foi atingido por um furacão.

Também não tínhamos tornados. Hoje os tornados se tornaram frequentes e atravessam largas áreas do país, incluída a Região Metropolitana de São Paulo e seus arredores.

Chuvas torrenciais se alternam com secas avassaladoras. Ventos de todos os níveis e forças varrem as cidades com a sem cerimônia de quem sabe que é o dono da festa. As inundações são rotinas e as cenas de barcos navegando nos leitos das ruas, uma imagem banal nos noticiários das televisões. As ressacas cobram seu preço no litoral. Mudam o desenho das praias e invadem e destroem áreas urbanas. E por aí vamos, numa longa fila de eventos de origem natural, cada vez mais frequentes, cada vez mais violentos.

O duro é que estamos no grande bloco dos países que não tomam medidas mais sérias para minimizar danos desta natureza. Nossos governos são omissos, despreparados e não têm qualquer plano para atender comunidades que venham a ser atingidas, tanto faz por qual tipo de evento.

Mas mais duro ainda é verificar que, ao contrário do que acontece nos Estados unidos, na Europa ou no Japão, o brasileiro, tanto faz a classe social, dificilmente contrata seguro para fazer frente a este tipo de ocorrência.

É verdade, não temos o rol de garantias oferecidos naqueles países, mas temos uma gama importante de coberturas para fazer frente ao grosso dos eventos que nos ameaçam. A questão é como despertar o brasileiro para esta realidade.

Fonte: SindsegSP, em 29.09.2017.